

HABEAS CORPUS Nº 531.886 - SP (2019/0266850-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO
ADVOGADO : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MONIQUE AWOKI SCACIOTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

MONIQUE AWOKI SCACIOTA alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 9001062-05.2019.8.26.0050, em que **foi cassado o benefício da progressão de regime**.

Assere a defesa que, ao cassar o benefício, a Corte estadual considerou apenas a gravidade dos crimes cometidos pela sentenciada e a longa pena ainda por cumprir.

Instado a se manifestar, o **Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem**.

Decido.

No caso, a Corte de origem, ao cassar o benefício concedido, salientou que **"o tipo de crime [dois roubos circunstanciados] e o 'quantum' da reprimenda corporal [aproximadamente 15 anos] servem também, 'data venia', para demonstrar a periculosidade da reeducanda"** (fl. 11).

A esse respeito, esta Corte Superior possui o entendimento de que **"[a] gravidade dos delitos pelos quais restou condenado o paciente, bem como a sua longa pena ainda por cumprir não são fundamentos idôneos para recusar os benefícios da execução penal"** (HC n. 429.176/RJ, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 14/3/2018, grifei).

Todavia, na hipótese, o Tribunal local entendeu devido o indeferimento do benefício sob o fundamento de que **o atestado de bom comportamento carcerário não é suficiente para aferir o**

preenchimento do requisito de ordem subjetiva, porquanto a sentenciada cometera crimes graves. Esses fundamentos, contudo, sem maiores detalhamentos, não justificam a negativa da benesse o a determinação da produção da prova pericial, uma vez que **não reflete a avaliação do efetivo cumprimento da pena pela condenada**.

Confira-se:

[...]

II - O entendimento desta Corte é no sentido de que a gravidade abstrata dos crimes objeto da execução penal, a longa pena a cumprir e a existência de faltas graves cometidas há muito tempo, a princípio, não constituem fundamentos idôneos para obstar a progressão de regime.

III - *In casu*, ao cassar o benefício concedido pelo Juízo da Execução Penal, o eg. Tribunal de Justiça se valeu do argumento de que o paciente teria cometido faltas graves, porém não as individualizou, o que impede a sua utilização como argumento para afastar o merecimento do apenado.

IV - O v. acórdão valeu-se, ainda, da gravidade dos crimes pelos quais o paciente foi condenado e de afirmações genéricas no sentido de que o paciente "tem evidente tendência à prática de crimes graves" porém, realizado exame criminológico, não foi indicado qualquer elemento que possa indicar que o paciente apresenta traço de personalidade que o impeça de receber o benefício da progressão de regime.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para cassar a decisão do eg. Tribunal *a quo*, fazendo prevalecer a progressão de regime concedida pelo d. Juízo da Execução Penal, confirmando a liminar (**HC n. 443.838/SP**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 4/6/2018, grifei).

Ainda que apontada a existência de **falta disciplinar** grave no ano de 2015, é imperioso consignar que **a infração é longeva**, pois cometida há mais de 4 anos – ou seja, período superior, inclusive, ao próprio prazo prescricional para apuração da conduta; assim, **não guarda contemporaneidade com a avaliação hodierna do requisito subjetivo, assim como ressaltado no precedente acima**.

Dessa forma, o que se percebe é que **foi cassada a**

benesse sem a devida fundamentação, uma vez que a Corte de origem cassou a progressão com fulcro em falta disciplinar praticada há muito tempo e em considerações abstratas acerca dos delitos cometidos pela reeducanda, a impor-lhe patente constrangimento ilegal.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo a ordem** postulada, a fim de cassar o acórdão impugnado e determinar a imediata inserção da apenado no regime aberto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator